

## Apontamentos em tempo de crise

Muito recentemente escrevi um artigo sobre a necessidade de investirmos na construção de cenários prospetivos do envelhecimento num horizonte temporal de 20 anos. O objetivo era tão somente tornar apreensível o sentido da evolução da nossa sociedade e o seu impacto nos percursos de envelhecer dos que hoje estão no grupo 50-64. Sabendo que vivemos em sociedades de risco, riscos múltiplos num contexto de aceleração do tempo em que a era digital constitui a alavanca do antes e depois.

A implosão da crise que hoje vivemos, ao expor as nossas fragilidades face a um risco inesperado, como que faz um “corte” na perceção do antes que se referia às dúvidas, mas também às certezas e seguranças, introduzindo uma profunda perplexidade, insegurança e incerteza. Os ponteiros do relógio da nossa existência continuam a rodar, mas os cenários de saída, não só a médio, mas a curto prazo, exigem uma reflexão séria sobre tudo e também sobre todos. O nosso ponto de partida deslocou-se, parece ter-se transformado. Voltar a tempos de segurança que articule o antes e o depois, face ao futuro, exige mais tempo. Mais tempo para construir o conhecimento que sustente de forma séria e coerente o que fazer agora. Mais tempo para integrar as aprendizagens da crise, mais tempo para construir o depois. Mais tempo quando a urgência do imediato o torna dificilmente suportável. Mais tempo

Entretanto, podemos refletir sobre este sobressalto, tão abrupto quanto nos parece um interregno na nossa história, um levantar o pano de cena que deixa ver as fragilidades, insuficiências, assimetrias, desigualdades e irracionalidades do mundo em que vivemos e que nos constrói. Mas do qual também emerge o capital de conhecimento, os valores que nos mobilizam e as potencialidades de ser melhor e fazer melhor. Umas e outras espelham-se nos quotidianos de novos e velhos, num ambiente de incerteza que a todos atinge, ainda que com experiências e horizontes bem distintos. Os novos na busca de caminho que estruture um futuro longo, e os mais velhos na reflexão do sentido para o tempo que lhes resta. Todos estão na história não desistindo de tecer a sua própria história. Todos vivemos tempos incertos, mas nem todos enfrentamos as mesmas incertezas. Os novos sabem que o caminho da vida os levará até idades avançadas, é um futuro longínquo, com percurso imprevisível (a crise o acentuou); os mais velhos sabem como lá chegaram e procuram a dignidade, talvez mesmo a beleza da chegada ao fim de uma história sem a qual os mais novos não existiriam. Entre estes, os do meio interrogam-se sobre a consistência dos adquiridos e questionam-se como projetar o futuro

### **Certezas/alicerces na construção do depois**

- Vivemos em sociedades de risco e estes constituem limites à nossa tão desejada e proclamada autonomia. A consciência dos limites do ser autónomo resulta da aprendizagem de que dependemos cada vez mais uns dos outros. Segundo (Beck,2001), a par do enraizamento de uma ideologia de individualização fundada sobre o princípio dos deveres de cada um face a si próprio (Elias,1991), a gestão da exposição aos riscos depende sobretudo de outro, o que detém o saber

.Mas, se viver no risco e na incerteza é o grande risco da condição humana (Morin,2004), a vivência desta crise evidenciou a responsabilidade de cada um face ao “outro”, indissociável de partilharmos com todos a condição de ser humano

- A gestão dos riscos nas sociedades contemporâneas exige um sistema de proteção social robusto, essencial à garantia do direito a condições de vida condignas, designadamente o direito à prevenção e à proteção dos riscos do percurso de vida. Acesso a direitos, numa lógica de sustentação do desenvolvimento humano, reduzindo ou eliminando desigualdades sociais. Da robustez das políticas sociais depende, em muito, não só a segurança com que cada um enfrenta situações de risco e perspectiva o futuro, como a coesão que alicerça o devir da sociedade.
- O conhecimento científico e tecnológico é um eixo da matriz de desenvolvimento das nossas sociedades. A gestão da crise expôs de forma inequívoca a importância do seu reconhecimento e a importância do investimento nas diferentes áreas do saber. E evidenciou também que a consistência da decisão política não é dissociável da procura do conhecimento, disponível ou a incentivar.
- O fim desta pandemia permanece incerto. Não é longínqua a hipótese de mais pandemias neste século. Em 1997, o presidente da Sociedade Europeia de Microbiologia Clínica, afirmou “É hoje certo que não só não controlamos as doenças infecciosas como não as controlaremos nunca. É bem preciso decidirmo-nos a viver com elas” (tradução de citação na obra *Les Épidémies du XXI Siècle* , Eric Postaire , ED. L'Âge de

L'Homme, 1997, Lausanne. Podemos considerar que esta afirmação tem mais de 20 anos, mas uma pandemia aí está, para a maior parte de nós, imprevisível. Investir na previsibilidade, estar atento e ser consequente com os resultados da investigação, é um imperativo ético da decisão a todos os níveis.

- As energias que emergiram na capacidade de iniciativa e de cooperação, muito especificamente a nível das comunidades locais, é reveladora do potencial de transformação e de criatividade, motores da construção do futuro
- Os laços sociais, a entreatajuda e o cuidado do outro deram sinais de resiliência nestes tempos de crise que importa valorizar.

**Em suma, a sociedade civil “mexeu-se”**

### **A crise e o Envelhecimento**

As interrogações da crise abrangem necessariamente as questões do envelhecimento. Voltamos à necessidade da prospetiva na procura de um sentido para o futuro, acautelando riscos previsíveis que a crise despoletou. Desemprego e irregularidade de rendimentos, riscos de construção de carreiras contributivas que assegurem proteção social ao longo da vida, dificuldades de acesso a condições de vida decentes e com bons níveis de saúde, são questões decisivas no envelhecimento das gerações que constituem hoje a nossa população ativa, mais jovem e não só.

Sabemos pelos percursos dos mais velhos quanto a persistente precariedade das condições de vida é geradora de velhices no limiar da pobreza ou mesmo em situações de exclusão. A heterogeneidade do grupo das pessoas com 70 e mais anos, seja

em termos de qualificações, rendimentos, estado de saúde, habitat ou até situação socio familiar, não deixa de o evidenciar. O que não é indiferente à exposição aos riscos nem à capacidade de gestão das situações de risco. São várias gerações, representam, na sua composição, a pluralidade e complexidade crescente dos percursos biográficos e profissionais. Os das pessoas que acederam ao longo da sua vida ativa a melhores condições de vida e com isso detêm um melhor passaporte para a velhice, das que só tardiamente puderam aceder aos direitos sociais garantidos para todos e que estão em situações de maior precariedade, das cujos percursos foram marcados pela crescente urbanização do território, das que ficaram num interior em desertificação, das que assistiram a maior dispersão dos núcleos mais jovens da família, das que vivem em contexto institucional correspondendo a um questionável processo de categorização que lhes molda a vida quando não podem prover à satisfação de necessidades essenciais. A invisibilidade destas situações que a crise quebrou não pode deixar de nos interpelar.

### **Crise e intergeracionalidade – algumas pistas para reflexão**

A intergeracionalidade, quer ao nível das relações familiares quer das relações sociais em geral, emerge no imediato com sinais de conforto, solidariedade e cuidado pelos mais frágeis. A crise não parece ter provocado ruturas nos laços sociais que sustentam as redes de apoio aos mais velhos. Mas não sabemos nem podemos ainda saber qual o impacto desta vivência algo traumática no ambiente da intergeracionalidade. Podemos apenas antecipar algumas questões como referência para análise futura.

O que pode mudar nas relações intergeracionais com a experiência desta crise ?

- A vivência dos mais novos com os mais velhos , neste contexto de crise, é a da percepção das contingências limite da vida. Seja pelas situações dos seus mais velhos seja pelas velhices que a crise tirou da invisibilidade. Através de umas e outras experienciam ou simplesmente chega-lhes a informação sobre grandes fragilidades da existência, (muitas de inevitabilidade duvidosa), associadas à proximidade ou inevitabilidade da morte. Umas e outras deixarão marcas nas representações de velhice que os acompanhará ao longo da vida, influenciando não só a gestão do seu próprio envelhecimento como o ambiente das relações intergeracionais
- Poderão estas vivências contribuir para a polarização, reforçar os medos da velhice ?
- A solidariedade e o sobressalto pelo cuidar dos mais frágeis comove-nos e transmite-nos segurança sobre os valores que de alguma forma continuam vivos. Esperemos que com boa e longa vida. Mas será que a categoria “grupo de risco” ( necessária na emergência que a crise despoletou) não se tornará estigmatizante e geradora de dependências perturbadoras dos graus de autonomia dos adultos mais velhos, sujeitos de pleno direito das suas vidas, com estatuto próprio no diálogo e na relação intergeracional.?’?
- A participação dos mais velhos na vida social, cultural e até económica, sedimento da partilha do conhecer e do saber entre as gerações, manter-se- à com a importância e visibilidade de ontem?

- As assimetrias de conhecimento entre os mais velhos, e consequente capacidade de utilização de meios compensadores do distanciamento social, reforçará o isolamento social dos menos habilitados e as clivagens dentro este grupo?

### **Crise e políticas de proteção social da velhice**

A crise atinge os mais frágeis dos mais velhos, para os quais o sistema de proteção social da velhice constitui uma das redes de suporte das suas vidas (às vezes, a única). Sistema que abrange um amplo universo de serviços, projetos, prestações. As instituições atrás referidas constituem um segmento deste universo, do qual as pessoas mais frágeis, por razões de saúde e/ou sociais, constituem uma larga maioria. A crise, ao tornar visível as fragilidades, insuficiências e limites do papel destas instituições na política de proteção social da velhice, pode ser uma oportunidade para melhorar o conhecimento das necessidades e evolução previsível, para avaliar respostas, para identificar as mudanças necessárias. Em suma, para desenhar um quadro coerente de respostas ancoradas nas realidades locais, sustentadas no conhecimento disponível, orientadas em função da qualidade das intervenções e privilegiando as relações com a comunidade pela cooperação com outros, com objectivos claros da respetiva intervenção/missão. O que quer dizer que a capacidade de respostas instaladas deve resultar da complementaridade das experiências e dos saberes, num sistema aberto que contrarie as formas de exclusão e valorize as capacidades de autodeterminação daqueles a quem estão ao serviço. Precisamos de nos libertar das formas de assistencialismo que perduram, traços culturais de realidades longínquas, uma espécie de idade média dentro da era digital. É urgente refletir

sobre os pressupostos, a substância da proteção da velhice, saber se decorre de arquétipos ou se procura antecipar o futuro. Se queremos formatar a velhice dependente ou libertá-la para mais ser, viver mais e viver melhor, viver com sentido. Esta será a herança que construímos para as velhices futuras. Apesar da crise e talvez por causa da crise. Missão que exige aprofundamento conceptual, designadamente sobre autonomia, dependência, défice e incapacidade. A clarificação do que queremos é essencial para avaliar o que fazemos.

## **Síntese**

Em síntese, a análise compreensiva das interdependências das consequências sociais, económicas e políticas da crise sanitária não poderá deixar de integrar a componente envelhecimento. Ou seja, reduzir o impacto da crise no envelhecimento das diferentes gerações, garantir um sistema de proteção social robusto e (re)avaliar as políticas de proteção social da velhice, são pressupostos de um futuro legível e apreensível para todos, novos e velhos.

São respostas consequentes aos vazios de conhecimento e ao reconhecimento do valor intrínseco de cada pessoa nas suas trajetórias, nos seus múltiplos papéis ao longo da vida. Precisamos de recuperar a centralidade das pessoas como sujeitos do desenvolvimento. O que pode vir a ser um resultado positivo desta crise, esperemos que seja. Não há desenvolvimento sem pessoas. Não há desenvolvimento económico sustentável sem desenvolvimento humano. Este não é um subproduto do primeiro. Precisamos mudar, não há projeto de vida e de sociedade que não

comporte a mudança. A integração do envelhecimento no processo de desenvolvimento da sociedade e a reavaliação serena e profunda das políticas de proteção social que lhe estão associadas, podem ser boas notícias da era pós-crise.

Sabendo também, como diz Cornelius Castoriadis, que *um ser, um indivíduo, uma sociedade não pode ser autónoma se não aceitar a mortalidade.*

Maria de Lourdes B. Quaresma

Abril 2020